

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

As Atividades e a Organização do Espaço: Espaço Agrário: Modernização e Conflitos III.....	2
Origens das Propriedades Rurais no Brasil.....	2
O Regime das Sesmarias.....	2
Capitanias Hereditárias.....	3
Estrutura Fundiária Atual.....	4
Número de Estabelecimentos Rurais.....	4
Área de Estabelecimentos.....	4

As Atividades e a Organização do Espaço: Espaço Agrário: Modernização e Conflitos III

Origens das Propriedades Rurais no Brasil

O Brasil é um país de grande extensão territorial e forte tradição agrícola. Apesar de grande variedade étnica e cultural e da efervescência político-econômica que o século XXI nos apresenta, o país não conseguiu resolver uma das mais antigas questões sociais de seu povo: a ocupação desordenada e o mau aproveitamento das terras, desde a chegada dos portugueses. Para entendermos melhor os problemas da terra no Brasil é necessário um resgate histórico, que aponta para uma desigual distribuição de terras já no período colonial. As capitânicas hereditárias e as sesmarias são responsáveis por boa parte dos latifúndios brasileiros atuais.

O Regime das Sesmarias¹

O rei Dom João III, em 1530, decidiu implementar o sistema de sesmarias no Brasil para ter noção da extensão territorial do território. Porém, é necessário lembrar, que antes da conquista territorial, Portugal passava por uma grave crise econômica, diversos conflitos entre proprietários de terras e os lavradores, que provocaram o êxodo rural e a falta de alimentos nas grandes cidades.

D.Fernando I – rei de Portugal à época – transformou em lei um costume antigo dos países ibéricos, onde o rei sorteava terras chamadas de sesmarias, para serem cultivadas pelos chamados sesmeiros, por um período de dois anos. Assim, em junho de 1375, surgiu a Lei das Sesmarias.

No Brasil, as sesmarias não pressupõem a existência de propriedade anterior, como em Portugal e na Espanha. Lá, as terras concedidas aos sesmeiros eram as que haviam sido abandonadas, enquanto aqui, eram terras virgens, desprovidas de qualquer documento jurídico, as terras aqui nunca tiveram donos. As terras no Brasil não foram devidamente cultivadas basicamente por dois motivos: a grande extensão territorial e a falta de mão-de-obra, logo as terras permaneciam ociosas, e corriqueiramente eram confiscadas pelo rei.

Como o regime das sesmarias não estava dando certo no Brasil, a saída encontrada foi criar um sistema mais atraente, que transferisse a árdua tarefa de colonização à iniciativa particular – surge aí o sistema de **capitânicas hereditárias**.² O país foi dividido em 15 lotes, entregues condicionalmente para 12 donatários. Pero Lopes de Sousa ficou com três lotes e Martim Afonso de Sousa com 2 lotes.

Os donatários deveriam conceder lotes menores a outros interessados, entretanto, isso não ocorreu. Os donatários não se preocuparam com essa subdivisão e nem com a função social da terra. Vaidoso e detentores de inúmeros privilégios típicos da nobreza da época, sentiam-se os donos absolutos da terra e valiam-se delas somente para fins de grande pessoal e ostentação de poder.

1 A palavra sesmo deriva do termo latino sex ou seximus e significa a sexta parte de alguma coisa. Como os sesmeiros ficavam com a sexta parte da produção (embora alguns historiadores afirmem o contrário), tudo leva a crer que a palavra seja proveniente de sesmo.

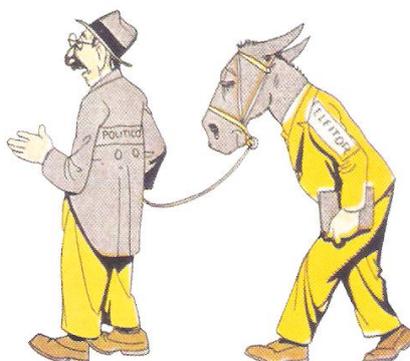
2 O sistema de capitânicas hereditárias foi implantado, inicialmente, e com sucesso nas possessões portuguesas de Açores, Cabo Verde, Madeira e São Tomé. Eram chamadas de capitânicas porque seus chefes tinham o título de capitão-mor. E eram hereditárias, porque deveriam passar de pai para filho. Os capitães-mores ficaram conhecidos também como donatários, porque recebiam as terras do rei em caráter de doação.

Capitanias Hereditárias



Continuamente, instituiu-se o germe de um comportamento autoritário, que passou a História com o nome de coronelismo, que não tem suas raízes no Brasil como podemos observar no texto abaixo:

“O termo ‘coronel’ tem origem nos títulos que a Guarda Nacional – milícia de cidadãos criada pelo regente Diogo Antônio Feijó em 1831 – distribuía aos proprietários de terra e outras pessoas influentes. Em troca, a Guarda recebia ajuda para manter a ordem pública, ameaçada pelas constantes insurreições e revoltas que caracterizaram o período das regências (1831-1840), como a Abrilada, em Pernambuco, da Cabanagem, no Pará, e da Farroupilha no Rio Grande do Sul. Foi um dos meios usados pelo governo para não perder o controle sobre o país depois da abdicação de Pedro I e antes de seu filho Pedro II ter idade suficiente para assumir o poder. Embora o termo ‘coronel’ tenha nascido nesse período conturbado, a origem dessa figura remonta ao Brasil colonial, quando a presença de chefes locais era essencial para organizar a vida das comunidades. A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz chama esse fenômeno de ‘mandonismo’, que existiria também em Portugal, na Espanha e nos países de colonização ibérica. O ‘coronel’ brasileiro, o ‘gamonal’ peruano e o ‘caudilho’ argentino ou uruguaio – denominações características do detentor do poder local nesses países – têm a ver com o ‘cacique’ espanhol, português, mexicano ou colombiano. Foi a realidade de cada país que deu a esses líderes características diferentes.



Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 6. Set.2010.

Frente ao fracasso das capitanias, o rei de Portugal resolveu instituir um governo-geral nomeado, no qual os donatários deveriam se submeter. Tomé de Sousa foi indicado para ser o primeiro

governador-geral do Brasil. Tomé de Sousa governou até 1553 sendo substituído por Duarte da Costa (1553-1558) e este por Mém de Sá (1558-1572). Todos tiveram a preocupação de manter os colonos ocupados em produzir gêneros agrícolas que fossem consumidos na Europa. A prioridade continuava a ser a cana-de-açúcar.

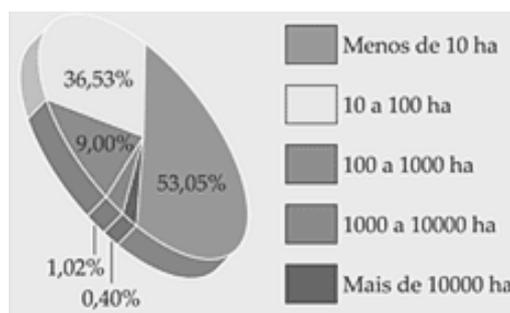
As únicas capitanias que prosperaram foram as de São Vicente e Pernambuco, onde se inicia a colonização brasileira, com a implantação de engenhos e a grande produção de açúcar. Foi em Pernambuco que se estabeleceram os primeiros e os maiores latifúndios no Brasil.

O regime das sesmarias teve seu fim no dia 17 de julho de 1822, ano da independência do país. Após a extinção das sesmarias, o Brasil ficou 28 anos sem nenhuma lei específica que regulamentasse a aquisição de terras. Somente em 18 de setembro de 1850 surgiu a lei nº 601 – chamada Lei de Terras, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil, determinando que as terras públicas ou devolutas só podiam ser adquiridas por meio de compra, favorecendo os abastados proprietários rurais.

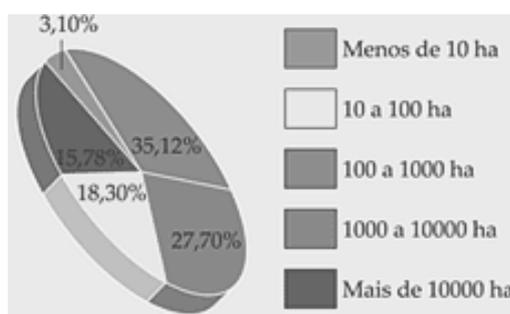
Estrutura Fundiária Atual

A estrutura fundiária é a forma como estão organizadas as propriedades agrárias de um país ou região, isto é, a classificação dos imóveis rurais segundo o número, tamanho e distribuição social. Observe os gráficos sobre a distribuição de terras no Brasil:

Número de Estabelecimentos Rurais



Área de Estabelecimentos

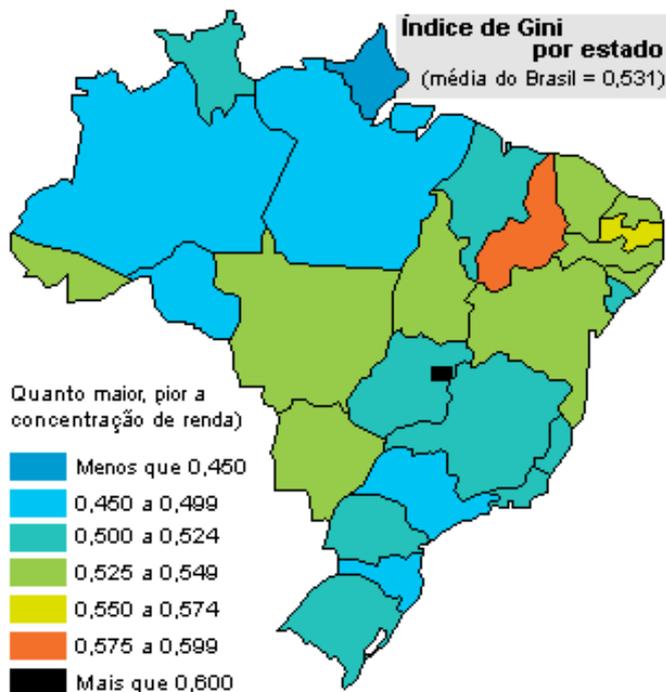


Pelos gráficos, nota-se uma enorme concentração de terras. De um total de 6 milhões de propriedades, 53,05% ocupam 3,10% da área, enquanto 1,42% dos estabelecimentos (mais de 1000 ha) ocupam 43,48% da área. Portanto, ocorre uma elevada concentração na propriedade da terra, com um reduzido número de proprietários concentrando imensa área e um grande número de pequenos proprietários, que possuem parcelas insuficientes para o sustento de suas famílias. Para complementar a renda, pequenos proprietários trabalham temporariamente nas grandes propriedades.

De acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em sua publicação Relação Total dos Imóveis Rurais no Brasil, em abril de 2012, havia no Brasil cerca de 5,4 milhões de estabelecimentos agropecuários cadastrados que ocupavam 605,3 milhões de hectares.

Desse modo podemos, dizer que uma das principais características da estrutura fundiária brasileira é o predomínio de grandes propriedades, que pertencem a uma pequena parcela da população.

Um indicador que pode expressar melhor a concentração de terras é o Índice de Gini, utilizado para avaliar as desigualdades sociais. O cálculo do índice para concentração de terra considera as faixas de tamanho da propriedade, com sua participação na área total. Segundo os últimos Censos Agropecuários do IBGE (1986, 1996 e 2006), o índice de Gini geral do Brasil para a concentração de terras tem aumentado significativamente, passando de 0,856 (1996) para 0,872 (2006), A maior concentração de terras é encontrada na região Nordeste e a menor na região Sul.



<http://www.vermelho.org.br/noticia/115923-1>